



[Trabalho 904]
PÔSTER

*NATÁLIA MACHADO VILAÇA; MARIA DO SOCORRO BEZERRA DE LIMA;
JAQUELINE CAROLINO.
UFF, CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ - BRASIL; UFES, VITÓRIA - ES - BRASIL.*

Unidades de Conservação e Reforma Agrária: um estudo sobre as interfaces entre as políticas agrárias e as políticas ambientais no município de Campos dos Goytacazes

Grupo 12: Iniciação Científica

Resumo

A região do Norte Fluminense abriga resquícios importantes de Mata Atlântica, que está sendo comprometida pela dinâmica econômica e produtiva desenvolvida desde a colonização. Essas áreas foram extremamente degradadas pelo uso intensivo do solo, principalmente pela monocultura da cana-de-açúcar e da pecuária extensiva. Sendo assim, a criação e a implementação das unidades de conservação funcionam como um instrumento de política ambiental importante de conservação, visto que o esgotamento dos recursos naturais pode comprometer funções e estruturas dos ecossistemas. Deste modo, não se pode pensar em conservação/preservação ambiental sem se preocupar com os distintos tipos de usos dos recursos naturais e ocupação do solo. Dentro deste contexto, o presente projeto busca compreender as relações da forma e uso da terra nos assentamentos rurais do município de Campos dos Goytacazes, enfatizando a relação/interação das populações rurais assentadas com as áreas de Reserva Legal, as Áreas de Preservação Permanente e as Áreas de Proteção Ambiental.

Palavras-chaves: unidades de conservação, conflitos socioambientais, assentamentos rurais.

Abstract

The region of Fluminense North shelter important remnants of Atlantic Forest, which is be compromised by dynamic and productive economic development since colonization. These areas were highly degraded by intensive land use, mainly cause sugar cane monoculture and farming extensive. Thus, the creation and implementation of conservation unit as an important instrument of environmental policy of conservation, since the depletion of natural resources can compromise ecosystem functions and structures. So, can't think of conservation/preservation areas without worrying about the different types of uses of natural resources and land use. In this context, the project seeks to understand the relation of form and land use in rural settlements in the municipality of Campos dos Goytacazes,



emphasizing the relation/interaction of settler population in the areas of Legal Reserve Area and Permanent Preservation Environmental Protection Areas.

Key Words: Conservation Units, socioenvironmental conflicts, rural settlement.

1. INTRODUÇÃO

A criação de áreas protegidas tem-se constituído umas das principais formas de intervenção do Estado Brasileiro na proteção de áreas que representam os principais ecossistemas do país, cujo objetivo é conter o acelerado processo de exploração e degradação do meio ambiente, decorrente dos processos contraditórios do sistema capitalista. As Unidades de Conservação (UC) foram regulamentadas pela Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

De acordo com o SNUC, as Unidades de Conservação estão divididas em dois grupos, que apresentam características específicas. 1) As UCs de Proteção Integral- possui com objetivo principal preservar a natureza, livrando-a, quando possível da interferência humana. Nelas, só é permitido o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, aqueles que não envolvem consumo, coleta, dano ou destruição. 2) As UCs de Uso Sustentável - visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais, ou seja conciliar a “exploração do ambiente com a garantia da perenidade dos recursos naturais renováveis considerando os processos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.” (COZZOLINO, 2005)

Além dessas modalidades de proteção jurídico-administrativas, há também a Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanente. A **Reserva Legal** (RL) foi instituída pelo Código Florestal brasileiro (Lei Federal n° 4.771/65, alterada pela Lei Federal n° 7.803, de 18 de julho de 1989), sendo definida como “a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas” (art. 1°, § III da Lei n° 7.803/89). As **Áreas de Preservação Permanente** (APP) são áreas “...cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”.

Estas duas instituições jurídico-territoriais possuem importância no que se refere ao alcance e limites do desenvolvimento sustentável, já que no caso dos assentamentos rurais, os conflitos envolvendo instituições no plano governamental, bem como populações, representantes de distintos segmentos da sociedade, denotam o quão polêmica ainda é a questão e o quanto necessário ainda se faz o seu estudo.

As peculiaridades físicas e de ocupação da área através de projetos de reforma agrária colocam para a investigação uma situação nova ainda não suficientemente esclarecida. Como conciliar o uso do solo agrícola com os limites jurídicos e ecológicos colocados pelas reservas legais, às áreas de preservação permanente e as áreas de proteção ambiental em assentamentos rurais? Trabalhos realizados por Haddad e Pedlowski (2009) investigaram a tensão entre a proteção ambiental e a reforma agrária, concluindo que os assentados têm conhecimento sobre estes instrumentos legais de proteção/manutenção da preservação ambiental, a despeito da atuação fragilizada por parte dos órgãos legais



responsáveis para esclarecimento junto a estes atores sociais, bem como a ausência dos órgãos ambientais na criação de estratégias conjuntas para possibilitem aliar atividades agrícolas aos esforços de conservação ambiental

Outro ponto destacado se refere ao desconhecimento por parte da população do entorno, em particular no caso dos assentamentos rurais, sobre o papel destas UCs, bem como as diferentes formas de acesso e uso destas Unidades.

Sendo assim, é objetivo deste projeto compreender as dinâmicas institucionais agrárias e ambientais que comprometem a conservação/manutenção da biodiversidade em assentamentos rurais localizados no município de Campos dos Goytacazes.

2.OBJETIVOS

Mapear os principais problemas e conflitos entre os diferentes agentes que acessam os recursos das UCs, RL, APP;

Compreender a relação entre as formas de usos da terra nos assentamentos rurais deste município destacando a relação/interação das populações rurais assentadas com as áreas de Reserva Legal, as áreas de Preservação Permanente e as Áreas de Proteção Ambiental. E identificar o grau de conservação, as formas de uso e os instrumentos de gestão/participação das comunidades locais nos espaços públicos de discussão, bem como os conflitos e ações conservacionistas ali existentes

3.METODOLOGIA

Neste projeto definiu-se como caminho metodológico, a pesquisa-ação definida por Michel Thiollent como “ *um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebido e realizada e estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisados e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo*” (THIOLLENT, 2004, p. 14). Como instrumentos metodológicos realizaremos um diagnóstico da realidade socioambiental do assentamento Antônio de Farias buscando ao mesmo tempo identificar os problemas socioambientais e os conflitos de ordem institucionais que envolvem as Unidades de Conservação situadas no entorno do assentamento, assim como as relações que se estabelecem em relação às RL e APP.

4. RESULTADOS PARCIAIS

Embora o projeto ainda esteja em andamento, pode-se constatar que o desconhecimento ou até mesmo a pouca sensibilização por parte desta população, pode levar ao uso inadequado destes espaços naturais. Nas visitas exploratórias ao assentamento foi possível perceber situações como o depósito de lixo em áreas de APP, por exemplo, comprometendo a qualidade de vida tanto da população local como dos recursos naturais, principalmente dos recursos hídricos.

5. REFERÊNCIAS

COZZOLINO, L. F. F. Unidades de conservação e os processos de governança local: o caso da APA do Sana (Macaé, RJ). 2005. Dissertação. (Mestrado). Programa EICOS, IP?UFR, Rio de Janeiro.



HADDAD, Ludmila Neves. Pedlowski, Marcos a. Explorando a tensão entre proteção ambiental e reforma agrária: o caso das áreas de preservação permanente e de Reserva legal do assentamento antonio de farias, Campos dos Goytacazes, RJ. In. XIX ENGA, São Paulo, 2009.

KURY, Karla Aguiar. Regularização fundiária em unidades de conservação: o caso do Parque Estadual do Desengano/RJ. 2009. 203 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Campos do Goytacazes, Instituto federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. AZAZIEL, Marcos.; FRANCA, Nahyda franca. Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: Ibase: Instituto TerrAzul : Parque Nacional da Tijuca, 2007.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 13^a ed. São Paulo: Cortez, 2004.